



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Oliveira

Parecer nº 141/IEF/NAR OLIVEIRA/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0025261/2022-66

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Antônio Cordeiro Menezes	CPF/CNPJ: 443.678.996-91
Endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves	Bairro: Centro
Município: Cláudio	UF: MG
Telefone: (37) 3381-1542	E-mail: mario.ambiental@hotmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(x) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Buritizinho	Área Total (ha): 53,8745
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 17.538	Município/UF: Cláudio/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3116605-E562.DF74.5F7F.4E0F.98A4.490E.1088.A101	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	3,1534	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	3,1534	ha	23K	483.200	7.744.600

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		3,1534

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Cerrado		3,1534

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		133,24	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 01/07/2022

Data da vistoria: 13/09/2022

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 21/10/2022

2. OBJETIVO

É objetivo de esse parecer analisar a solicitação de Intervenção Ambiental para Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em uma área de 3,1534 ha. com a finalidade de ampliação da área de agricultura da propriedade.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO**3.1 Imóvel rural:**

O imóvel denominado Fazenda Buritizinho se localiza no município de Cláudio, registrado no cartório de registro de imóveis da comarca de Itapeverica sob o nº 17.538, possui uma área total registrada de 49,3231 ha e mensurada de 48,0009 ha que correspondem a 1,600 módulos fiscais.

A propriedade é coberta por vegetação nativa, áreas de silvicultura de eucalipto e pastagem.

Existe um pequeno trecho de APP na propriedade correspondente a uma nascente e curso d'água que surgem na propriedade vizinha da propriedade.

A propriedade está inserida no Bioma Cerrado e pertence à bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3116605-E562.DF74.5F7F.4E0F.98A4.490E.1088.A101

- Área total: 48,0009 ha

- Área de reserva legal: 13,4255 ha

- Área de preservação permanente: 1,1144 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 28,3919 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 13,4255 ha

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: dois

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

A área é composta por vegetação de cerrado em ótimo estado de preservação, não está computada em APP, assim como se possui o mínimo exigido por Lei.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O requerente solicita autorização para supressão da cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 3,1534 ha, cuja finalidade é aumento da área de agricultura da propriedade.

A vegetação existente é típica de formação savânica Cerrado Sensus Stricto.

A imagem abaixo mostra os limites da propriedade, a reserva legal em verde, a APP em amarelo e a área requerida em verde mais escuro.



Como a área requerida é inferior a 10ha, não foi apresentado inventário florestal.

Taxa de Expediente: Foi recolhido em 25/11/2021 o DAE nº 1401156721504 no valor de R\$ 512,72 referente a supressão de cobertura vegetal nativa em 5,3914 ha.

Taxa florestal: Foi recolhido em 25/11/2020 o DAE nº 2901156722606 no valor de R\$ 74,47 referente a 1,9406 m³ de lenha de floresta nativa e 1,7287 m³ de madeira de floresta nativa.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23119491

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: baixa
- Prioridade para conservação da flora: baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: nenhuma sobreposição
- Unidade de conservação: nenhuma sobreposição
- Áreas indígenas ou quilombolas: nenhuma sobreposição
- Outras restrições: nenhuma

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-01-03-1
- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
- Classe do empreendimento: 0
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: Não passível
- Número do documento:

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada para subsidiar a análise de solicitação de intervenção ambiental para supressão de vegetação nativa com destoca cuja finalidade é a agricultura.

Na ocasião da vistoria foi observado que a intervenção ambiental ainda não foi realizada.

A vistoria foi acompanhada pelos Srs. Mario Lúcio, consultor e procurador, e pelo requerente Sr. Antônio.

Percorremos toda a área requerida e verificamos que se trata de vegetação de Cerrado. A reserva legal e a APP estão muito bem preservadas, todas recobertas com vegetação nativa.

Pudemos verificar que as informações apresentadas no projeto de intervenção estão de acordo com a realidade de campo.

As espécies existentes na área são: Sucupira branca (*Sweetia fruticosa*), Pau terra (*Qualea parviflora*), Vinhático (*Plathymenia reticulata*), Macaquinha (*Hovenia dulcis*), Pindaíba (*Guatteria australis*), Pimenteira (*Schinus terebinthifolia*), **Cedro (*Cedrela fissilis*)**, Jatobá (*Hymenaea courbaril* / *Hymenaea stilbocarpa*), Jacarandazinho (*Platypodium elegans*), Cagaíta (*Stenocalyx dysentericus*), Jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*), Cafezinho (*Maytenus gonoclada*), Óleo (*Copaifera langsdorffii*), **Tambu (*Aspidosperma parvifolium*)**, Açoieta cavalo (*Luehea divaricata*), Quaresmeira (*Tibouchina granulosa*), Peroba (*Aspidosperma polyneuron*), Paineira (*Plathymenia reticulata*), Folha larga (*Pterocarpus violaceus*), Esporão (*Celtis iguanaea*).

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: plano ou suave-ondulado

- Solo: Argissolos Vermelho Amarelo

- Hidrografia: A propriedade possui um pequeno trecho de APP de um curso d'água na passa na área. Está inserida na Bacia hidrográfica do Rio São Francisco UPGRH do Rio Grande - SF2.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Bioma Cerrado. Vegetação de Cerrado.

- Fauna: Foram observados passeriformes durante a vistoria e não há relato de ocorrência de fauna ameaçada de extinção na região.

4.4 Alternativa técnica e locacional: não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

Considerando que o processo fora instruído adequadamente, sendo apresentados todos os estudos conforme Decreto Estadual nº 47.749/2019 e Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021;

Considerando que as Taxas Estaduais foram devidamente recolhidas para o tipo de intervenção requerida;

Considerando que não existe auto de infração em aberto em nome do requerente na propriedade objeto da intervenção ambiental;

Considerando que não existem inconsistências ambientais na propriedade e as área de reserva legal e APP estão bem preservadas;

Considerando que a área requerida se encontra sob tipologia de Cerrado;

Considerando que existem 2 duas espécies listadas na portaria MMA 300/2022, sendo elas, **Cedro (*Cedrela fissilis*) e Tambu (*Aspidosperma parvifolium*)**, estas devem ser mantidas na área.

Verifica-se que não há impedimento legal e técnico que possa indeferir o requerimento protocolado pelo requerente, sendo a intervenção requerida passível para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo para implantação de agricultura e ou pecuária.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção que abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

- Exposição do solo;
- Alteração da qualidade do solo;
- Perda e alteração da camada superficial do solo;
- Exposição do solo, ocasionando menor taxa de infiltração de água pluvial e o aumento do escoamento superficial;
- Erosão e geração de sedimentos;
- Geração de material particulado em suspensão, ruídos e vibrações;
- Afugentamento da fauna;
- Descaracterização paisagística;
- Perda da diversidade vegetal na área.

Medidas Mitigadoras:

- Deslocamento e/ou revolvimento do mínimo de solo possível;

- Adotar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
- Construção de terraços ou bacias de captação para acumulação das águas pluviais;
- Realizar manutenção constante do sistema de drenagem para escoamento das águas pluviais, melhorando a infiltração e reduzindo processos erosivos;
- Reduzir ao máximo da movimentação do maquinário visando alterar o mínimo possível a qualidade do ar e geração de ruídos;
- Utilizar técnicas e meios para afastamento de fauna;
- Realizar inspeção para eventual resgate de fauna, como por exemplo, preservar ninhos de aves que possam existir nestas árvores;
- Respeitar rigorosamente os limites da área requerida;
- Executar na íntegra todas as medidas mitigadoras previstas no PIA.

6. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Antônio Cordeiro Menezes** conforme consta nos autos, para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 3,1534ha na Fazenda Buritizinho, localizado no município de Cláudio/MG, conforme matrícula nº. 17.538 do CRI da Comarca de Cláudio/MG.

2 - A propriedade possui área total matriculada de 53,8745ha e área de reserva legal localizada dentro do imóvel, preservada, averbada, informada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriante. A propriedade encontra-se devidamente inscrita no SINAFLOR, documento anexado aos autos.

3 - As intervenções requeridas tem por finalidade a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em uma área de 3,1534 ha. com a finalidade de ampliação da área de agricultura da propriedade.

4 - A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como não passível de licenciamento ambiental conforme informado no requerimento de intervenção ambiental, para a atividade de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, conforme informado no requerimento anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, inclusive PIA, mapas, matrícula do imóvel, CAR, inscrição no SINAFLOR e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do processo administrativo.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 3,1534ha uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado e com fisionomia de cerrado sentido restrito, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

8 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais.

9 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização para intervenção ambiental nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 3,1534ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, em uma área de 3,1534 ha, localizada na propriedade Fazenda Buritizinho, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não suprimir os indivíduos das espécies **Cedro (*Cedrela fissilis*) e Tambu (*Aspidosperma parvifolium*)**, espécies listadas na portaria MMA 300/2022.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Marcela Cristina de Oliveira Mansano**

MA SP: **1.146.608-3**

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Luiz Alberto de Freitas Filho**

MA SP: **1.364.254-1**



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor (a) Público (a)**, em 26/12/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Cristina de Oliveira Mansano, Gerente**, em 27/12/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **58164298** e o código CRC **16CFB6AC**.

Referência: Processo nº 2100.01.0025261/2022-66

SEI nº 58164298